

REVISTAMARACANAN

Artigos

Estado, mercado editorial e o *Anuário Brasileiro de Literatura* (RJ, 1937-1944): notas iniciais de pesquisa

State, publishing market and the Anuário Brasileiro de Literatura (RJ, 1937-1944): inicial research notes

Tania Regina de Luca*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho
Assis, São Paulo, Brasil


Recebido em: 23 jun. 2023.

Aprovado em: 06 set. 2023.

Publicado em: 29 dez. 2023.



* Professora Livre Docente em História do Brasil Republicano pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutora e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo; graduada em História pela Universidade de São Paulo. (tania.luca@unesp.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-8942-5237>

 <http://lattes.cnpq.br/4332049365505182>

Resumo

O objetivo do artigo é compreender as razões que motivaram o lançamento do *Anuário Brasileiro de Literatura* (RJ, 1937-1944), sob a responsabilidade da Editora Irmãos Pongetti. Para tanto, além de delinear as características gerais da publicação, é fundamental considerar, por um lado, a postura do regime Vargas em relação à produção cultural e, por outro, o vigor do mercado editorial, então em plena expansão e que teve que conviver com a crescente intervenção do poder público. Dados provenientes do *Anuário* subsidiaram importantes pesquisas no campo historiográfico, contudo, ainda não se conta com estudos que tomem a coleção como objeto, desafio que começa a ser enfrentado nessas primeiras notas de pesquisa.

Palavras-chave: Anuário Brasileiro de Literatura. Mercado Editorial. Política Cultural. Estado Novo.

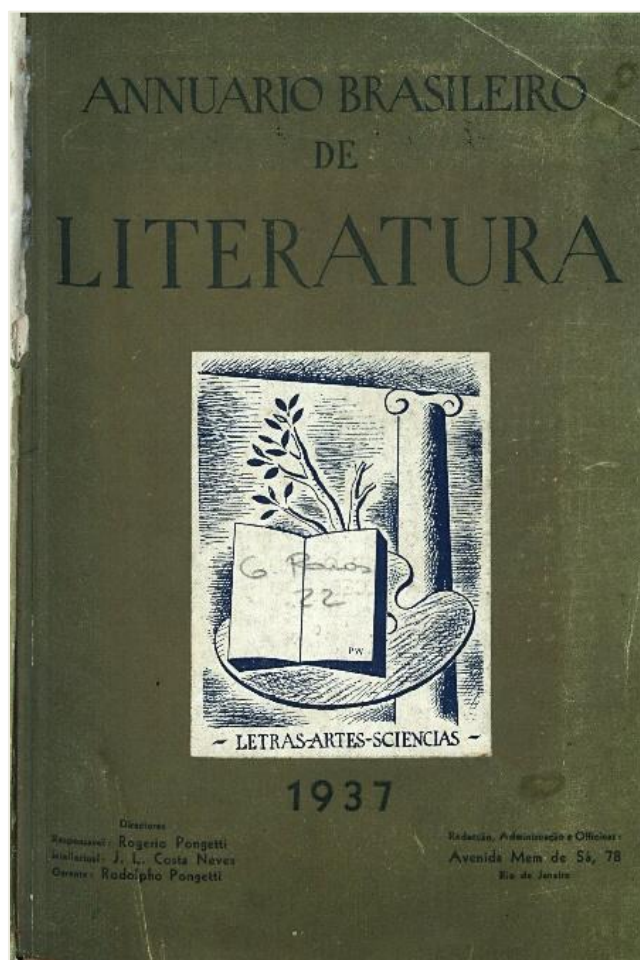
Abstract

This article aims to explore the motivations behind the launch of the *Anuário Brasileiro de Literatura* (RJ, 1937-1944), which was published by Editora Irmãos Pongetti. To achieve this goal, it is essential not only to provide an overview of the publication's main features, but also to take into account two crucial factors: first, the Vargas regime's stance towards cultural production, and second, the rapidly expanding publishing market, which had to navigate the increasing involvement of the government. Information gathered by the *Anuário* has been instrumental in supporting valuable research in the field of History. However, despite its significance, there has been a dearth of studies that examine the collection as a whole. This represents a new challenge, one that these initial research notes seek to address.

Keywords: Anuário Brasileiro de Literatura. Publishing Market. Cultural Politics. Estado Novo.

Os títulos fornecem, no mais das vezes, pistas acerca das motivações e dos objetivos que leva(ram) ao lançamento de um dado impresso periódico. No caso do *Anuário Brasileiro de Literatura (ABL)*, a escolha não deixa dúvida quanto à centralidade atribuída à produção ficcional, ainda que o subtítulo, presente apenas nos dois primeiros números, "Letras – Artes – Ciências", amplie o escopo e a ambição do projeto, que não se alterou a despeito da referida supressão. Não por acaso, a imagem que ocupa o centro da capa do número inaugural é composta por elementos que remetem à literatura (livro), às artes plásticas (paleta) e à natureza (ramo de arbusto), conjunto ladeado e sustentado por uma coluna grega, metáfora unificadora dos diferentes aspectos da cultura e, ainda, referência explícita às origens do pensamento ocidental (ver Figura 1).

Figura 1 – Capa do primeiro número do *Anuário Brasileiro de Literatura*.



Note-se inserção de anotação a lápis.

Fonte: *Annuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro: Globo, 1937-1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/158550/2309>. Acesso em: 2 jun. 2023.

Há, portanto, certo grau de ambiguidade na denominação escolhida, uma vez que não parece que os responsáveis tivessem a intenção de se restringirem apenas aos textos de ficção, o que aponta para compreensão mais ampla do termo literatura, cujo sentido, além de abarcar conto, romance, dramaturgia e poesia, de fato deslizava para o de cultura, pois contemplava estudos de crítica literária e artística, de caráter histórico e sociológico, biografias, necrológicos, ensaios sobre a trajetória da nação e os desafios futuros a enfrentar, além das belas-artes, música, rádio, cinema e teatro.

A radiografia traçada pelo *Anuário* tinha em vista, portanto, informar acerca dos eventos mais relevantes do ano anterior, ou seja, ancorava-se numa temporalidade/periodicidade alargada, que se distanciava do modelo revista (semanal, quinzenal ou mensal) e fincava raízes na realidade e espacialidade locais, como bem indica a evocação do adjetivo brasileiro, o que não surpreende diante do contexto de lançamento, marcado pela busca de compreender o país. Assim, contrariamente aos almanaques, que expressam expectativas do que ainda está por vir e cujo sentido utilitário cumpre-se no decorrer dos meses, os anuários lançam o olhar para o passado, com o propósito de repertoriar feitos do ano transcorrido. Pressupõem, portanto, paciente coleta de dados e largo tempo de preparação.

O *ABL* não fugiu à regra e “Movimento Bibliográfico”, seção das mais importante que fechava os volumes e que, muito provavelmente, motivou o projeto, apresentava a lista dos livros lançados no ano precedente. Tímida no número inaugural de 1937 e clamando pela adesão dos editores, foi reestruturada e cresceu em dimensões, o que testemunha a rápida compreensão do seu significado pelo mercado editorial, a despeito de a publicação haver resultado da iniciativa de um empresário, ou seja, não se tratava de projeto coletivo. O periódico, lançado quando o setor estava em plena expansão, somou oito números e sete edições, pois o derradeiro, com numeração dupla, reuniu dados relativos a 1943 e 1944, ou seja, o conjunto abarca o período compreendido entre 1936 e 1943. Se as dimensões (27 por 18 cm) permaneceram inalteradas, o número de páginas, preço, proprietário e momento do lançamento variaram consideravelmente. A consulta à imprensa fornece pistas acerca do momento em que cada edição chegou às livrarias, dado não destituído de interesse por informar acerca do ritmo de produção e impressão (ver Tabela 1).¹

¹ Informações obtidas por meio de busca por palavras-chave na Hemeroteca Digital Brasileira. Às limitações inerentes ao programa que converte imagem em texto, somam-se as provenientes da conservação, qualidade da impressão e constante incorporação de títulos ao acervo, o que alerta para a parcialidade dos resultados.

Tabela 1 – Anuário Brasileiro de Literatura: número, ano, quantidade de páginas, data de lançamento, ano de referência, editor, preço

Nº/Ano/Páginas	Lançamento mês/ano	Dados relativos a	Editor	Preço
1) 1937/316 p.	07/1937	1936	Irmãos Pongetti	12\$000
2) 1938/434 p.	03/1938	1937	Irmãos Pongetti	10\$000
3) 1939/544 p.	03/1939	1938	Irmãos Pongetti	15\$000
4) 1940/416 p.	09/1940	1939	Irmãos Pongetti	20\$000
5) 1941/296 p.	10/1941	1940	Irmãos Pongetti	20\$000
6) 1942/294 p.	01/1943	1941	Irmãos Pongetti	R\$ 20,00
7-8) 1943-44/480 p.	01/1945	1942-1943	Zélio Valverde	CR\$ 30,00

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Os atrasos, evidentes a partir do quarto número, resultaram das dificuldades impostas pelo início da Segunda Guerra a toda a imprensa, que dependia de suprimento de papel proveniente da Europa. Ao noticiar o aparecimento da quinta edição (1941), o *Jornal do Brasil* ponderou que chegou a temer pela continuidade do *Anuário* e saudou o “esforço louvável” dos editores, que não alteraram o preço e tampouco deixaram de incluir as seções de praxe, sem chamar a atenção, contudo, para o significativo encolhimento do número de páginas, tendência que remontava ao número anterior (“Livros Novos”, *Jornal do Brasil*, 1941, p. 9).² Os problemas devem ter aumentado, tanto que a publicidade relativa ao número subsequente, o sexto e último sob a chancela dos Irmãos Pongetti, começou a figurar em jornais somente em fins de janeiro de 1943, enquanto menções ao exemplar que condensava as informações de 1942 e 1943, reunidos num mesmo volume, chegaram aos leitores apenas no início de 1945. A despeito de pequenas notas em cotidianos do Rio de Janeiro informarem que Francisco de Assis Barbosa estava preparando o número dedicado a 1944, previsto para vir a público em outubro de 1945, este não chegou a ser impresso.³

Presença do estado e mercado editorial

O primeiro governo de Getúlio Vargas foi marcado pelo afã de inventariar, explicar e compreender o país, postura que se tornou ainda mais evidente após a implantação do Estado

² Na contracapa dos três últimos exemplares publicados pela Pongetti (1940, 1941 e 1942) lê-se: “Forçados a restringir o número de páginas da presente edição, tivemos que sacrificar grande número de ótimos trabalho que nos foram enviados por antigos colaboradores. Obedecemos, para isso, ao critério de suprimir os originais mais extensos e aquele que nos chegaram com atraso, os quais se encontram em nossa redação à disposição dos seus autores”. A despeito de a informação ser insistentemente repetida, custa a crer que o critério de seleção fosse, de fato, a dimensão do texto.

³ No derradeiro número, publicado em janeiro de 1945 e apresentado como marco da nova fase, o leitor foi informado que o exemplar subsequente estaria disponível em alguns meses, promessa não concretizada.

Novo. A multiplicação de revistas, boletins, relatórios, livros e coleções patrocinadas por órgãos estatais constitui-se em indício eloquente dessa preocupação, que alçou patamar diverso dos costumeiros balanços até então produzidos pelo poder público. Além do vigoroso programa de publicação de livros e revistas do Departamento de Imprensa e Propaganda e de seu antecessor, o Departamento Nacional de Propaganda (Cf.: Vieira, 2019), pode-se citar, sem pretensão de exaustividade, a *Revista do Departamento Nacional do Café* (RJ, 1933), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura e que também editou, entre vários outros títulos, os quinze volumes da *História do café no Brasil*, de Afonso E. Taunay; as diversas publicações do Instituto do Açúcar e do Alcool, autarquia criada em 1933; o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (RJ, 1934), ao que se deve somar o rol diversificado de volumes acerca da legislação trabalhista e da situação financeira do país; a *Revista do Serviço Público* (RJ, 1937), porta voz do Conselho Federal do Serviço Público Civil, sucedido, em 1938, pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP); a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN, RJ, 1937), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde e que também editou a série Publicações do SPHAN, com mais de uma dúzia de títulos, inaugurada por *Mucambos do nordeste* (1937), de Gilberto Freyre (Lanari, 2018); a *Revista Brasileira de Estatística* (RJ, 1940), sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1938), ou, ainda, a *Revista de Imigração e Colonização* (RJ, 1940), editada pelo Conselho de Imigração e Colonização (1938).

Já a Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério da Relações Exteriores lançou mais de uma dezena de brochuras, vertidas para o inglês e consagradas a diferentes aspectos da cultura brasileira, assinadas por nomes como Mário de Andrade (música), Prudente de Moraes, neto (romance), Pedro Calmon (história literária) e Basílio de Magalhães (folclore), além da *Colección de Estudios Brasileños*, que incluiu a tradução de clássicos, a exemplo de *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, e obras de síntese, como o *Resumen de la Historia del Brasil*, de Jonatas Serrano. Seria tedioso listar os muitos títulos que tiveram a chancela de diferentes autarquias, ministérios, institutos, departamentos e seções, ainda mais porque os exemplos já ilustram o quanto os serviços gráficos passaram a ser demandados frente às mudanças no âmbito das práticas de gestão da máquina pública.

Algumas das propostas do diligente ministro Gustavo Capanema⁴ no campo da educação e da cultura diziam respeito ao mundo da edição, caso do Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937, expedido pouco depois do golpe do Estado Novo e que criou o Instituto Nacional do Livro (INL), composto por três seções: a encarregada de organizar e produzir a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional; a de publicações, incumbida de estabelecer programa de (re)edição de livros, inclusive os “raros ou preciosos”, de grande interesse para a cultura nacional, promover medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a produção de livros no país, bem como facilitar a importação dos mesmos; e, por fim, a seção de bibliotecas,

⁴ Para diversas as ações do Ministério, ver: Bomeny (2001) e Gomes (2000).

que deveria incentivar a organização e auxiliar a manutenção de instituições do gênero em todo o território nacional.⁵

Se, por um lado, o INL apresentava-se como ator institucional imbuído da missão de atuar no segmento editorial, tal como previsto especialmente nas atribuições da segunda seção, chefiada até 1944 por Sérgio Buarque de Holanda,⁶ por outro, a atenção devotada às bibliotecas constituía-se numa oportunidade para as editoras suprirem o governo com títulos destinados a compor o acervo de instituições espalhadas pelo país. Cabe assinalar que, até 1945, estima-se que foram comprados e doados pelo INL cerca de meio milhão de exemplares (Schwartzman, 1983, p. 372). O arquivo do diretor Augusto Meyer conserva correspondência enviada por donos de editoras e diretores de periódicos solicitando/agradecendo o apoio do órgão.⁷

Na exposição de motivos dirigida a Vargas, Capanema justificou a pertinência da criação do INL sob o argumento de que era “dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas” (“O Instituto Nacional do Livro”, *Jornal do Brasil*, 1937, p. 24) o que evidencia a crença na palavra escrita e a consequente urgência de constituir um conjunto de títulos, fossem impressos pelo Instituto ou selecionados no catálogo das editoras, e disponibilizá-lo por todo o país, na confiança de que tal oferta bastaria para a formação/difusão de práticas de leitura.⁸

A intenção de levar adiante projetos de largo escopo na área da cultura – em sintonia com valores caros ao regime – reverberou no mercado livreiro com sinais distintos: presença e normatização do setor por parte do estado e, ao mesmo tempo, oportunidades de negócios diante de políticas destinadas a preencher as estantes das bibliotecas. As preocupações do ministro incluíam, ainda, a divulgação do país no exterior, o que se materializou, entre 1938 e 1945, na compra e doação, para os Estados Unidos e países da América Latina, de cerca de doze mil volumes de autores como José de Alencar, Aluísio Azevedo, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Rui Barbosa, Graça Aranha, Fernando de Azevedo, José Américo de Almeida, Gilberto Freire, José Lins do Rego, Mário de Andrade, Oliveira Viana, Roquete Pinto.⁹

⁵ Cuidadoso panorama, com fotos preciosas sobre a estrutura e ações do INL, inclusive com detalhes sobre as coleções idealizadas no âmbito da seção de publicações, em Ribeiro (1943, p. 46-61).

⁶ Sobre a atuação no INL de Sérgio Buarque e de Mário de Andrade, que se envolveu com a seção encarregada da Enciclopédia e do Dicionário, ver: Carvalho (2012, p. 543-557). Para a lista de publicações INL até 1956, ver: Catálogo de Publicações (*Revista do Livro*, 1956, p. 276-302). Ribeiro (1943, p. 46-61) apresenta detalhes sobre os planos de Sérgio Buarque.

⁷ Editoras e periódicos pouco simpáticos ao regime recorriam a Meyer, que dirigiu o INL entre 1938 e 1956 e de 1961 a 1967. Esse foi o caso da Martins e da *Revista do Brasil* (RJ, 1938-1943), como informa Silva (1991, p. 66-67).

⁸ Graças ao artigo de Ribeiro (1943, p. 49) é possível conhecer os 40 títulos, alguns compostos por vários volumes, remetidos em julho de 1943 como doação inicial às bibliotecas municipais. Excetuando-se os romances *Dom Casmurro* e *O Guarani*, cujas editoras não foi possível identificar, havia 14 títulos da Nacional/Civilização Brasileira, 6 da Globo, 5 do INL, 4 da José Olympio, 2 da Melhoramentos, 2 da Martins, enquanto a Briguette, Canton & Beyer, Francisco Alves, Saraiva e Teixeira forneceram um título cada.

⁹ CPDOC-FGV, Arquivo Gustavo Capanema, série G, pasta IV, doc. 22, 36. 10. 30 (*apud* Silva, 1991, p. 62).

Em outra direção, mas ainda no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cabe mencionar o detalhado Decreto-Lei 1006, de 30 de dezembro de 1938, com quarenta artigos, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), com competência para avaliar e (des)autorizar a circulação e o uso de obras em todas as escolas, fossem públicas ou privadas, além de prescrever as condições de produção, importação e utilização das mesmas, o que incluía a exigência de estampar o preço na capa, que só poderia ser alterado mediante prévia aquiescência da Comissão. Ainda que, por motivos diversos, os resultados tenham sido modestos e a lista dos livros aprovados, prevista para 1941, nunca tenha sido integralmente publicada, o setor foi submetido a inéditos controle e regulação. Para defender seus interesses, editores tiveram que estabelecer canais de diálogo com o Ministério, fosse para encaminhar solicitações específicas, como em relação à majoração de preços frente à alta do papel, fosse para apresentar sugestões, ponderações ou contestações em relação às decisões da CNLD (Cf.: Bomeny, 1984; Ferreira, 2008). É digno de nota que remonte a dezembro de 1940 a fundação da Associação Profissional de Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, destinada a defender e atuar como porta voz dos interesses do setor.

O primeiro número do *ABL* começou a ser anunciado em julho de 1937, pouco antes, portanto, da criação do INL e com mais de um ano de antecedência em relação à instauração da CNLD. Não é fora de propósito supor que a decisão de lançar a publicação tenha sido tomada em fins de 1936 ou no início do ano seguinte, uma vez que pressupunha pesquisa e elaboração de sínteses acerca da produção cultural brasileira, compreendida em sentido amplo. E se o periódico não pode ser considerado reação imediata às ações do executivo federal, a decisão de publicá-lo dialogava com a ânsia de evidenciar avanços, desta feita na esfera privada. Cabe lembrar que 1936 registrou, em relação ao ano anterior, aumento de 40% no montante de livros produzidos, atestado inequívoco do dinamismo do setor (Sorá, 2010, p. 325).¹⁰

O efetivo crescimento do mercado editorial na segunda metade dos anos 1930 resultou da confluência de diferentes fatores, provenientes da conjuntura econômica, que afetou as importações (desvalorização cambial, situação vigentes em países exportadores, ainda sob os efeitos da crise de 1929), justamente quando crescia a procura pelo livro, corolário do incremento do número de leitores, muitos deles interessados em compreender a realidade nacional. Miceli (1979, p. 75-79) bem assinalou as alterações no panorama editorial da referida década, marcada pelo surgimento/fusão de empresas; melhora, graças à incorporação de especialistas, da apresentação (capas, ilustrações, impressão, acabamento) dos volumes; diversificação das estratégias de venda e dos catálogos, que exibiam farta produção nacional e programas de tradução, no lugar da antiga prática de importar títulos.¹¹

¹⁰ Segundo Andrade (1978, p. 110), em São Paulo, "a maior produção editorial da década é de 1936, com 396 títulos e 2,5 milhões de exemplares". Compare-se com dados de 1930: 92 títulos e 382 mil exemplares, fornecidos pelo autor.

¹¹ O autor lembra que, em 1937, livros e traduções de Monteiro Lobato somaram 1,2 milhões de exemplares, mais da metade dos 2,3 milhões impressos pela Cia Editora Nacional e sua sucursal, a Civilização Brasileira.

Foi nesse contexto que surgiu o *Anuário Brasileiro de Literatura*, sob a chancela dos irmãos Pongetti. O fato de editores estarem à frente de periódicos não se constituía propriamente em novidade, afinal, desde o século XIX, vários deles também atuaram como livreiros, impressores e responderam pelo lançamento de revistas. Para mencionar dois exemplos paradigmáticos, veja-se Paula Brito, proprietário de livreria e de tipografia, editor de livros e de vários periódicos que circularam na Corte – *Marmota na Corte* (1849-1952), *Marmota Fluminense* (1852-1857) e *A Marmota* (1857-1861 e 1864) – e Baptiste Louis Garnier, editor-livreiro que lançou a *Revista Popular* (RJ, 1852-1862), sucedida pelo *Jornal das Famílias* (RJ, 1863-1878), enquanto seus herdeiros responderam pelo *Almanaque Brasileiro Garnier* (RJ, 1903-1914). No século seguinte, a Livreria Editora Leite Ribeiro, fundada em 1917 e posteriormente vendida e renomeada Freitas Bastos, publicou *O Mundo Literário*. Mensário de literatura brasileira e estrangeira (RJ, 1922-1926) e, em 1929, foi a vez de Henrique Bertaso, da Livreria do Globo, empresa fundada como papelaria em 1883 e à qual foram acrescidos serviços gráficos, venda de livros e atividades editoriais, colocar em circulação a *Revista do Globo* (Porto Alegre, 1929-1967). Em 1931, a Editora Ariel, de Agripino Grieco e Gastão Cruls, respondeu pelo *Boletim de Ariel*. Mensário crítico-bibliográfico. Letras, Artes, Ciências (RJ, 1931-1939), contemporâneo da fundação do empreendimento pois, ao contrário de Ribeiro e Bertaso, a Ariel não tinha livreria própria, fator que deve ter pesado na decisão investir, de saída, num veículo de divulgação (Cf.: Luca, 2017).

A inovação residia na longa temporalidade e no desejo de ofertar um manancial que compilava, analisava e difundia a produção anual relativa a diferentes áreas, em sintonia com o interesse que contaminava a máquina pública, cujo empenho caminhava no sentido de dispor de informações e conhecimentos precisos, capazes de subsidiar futuras políticas a serem implementadas por agentes do estado. Noutros termos, ao colocar em evidência a atividade de intelectuais e de editores privados, o *ABL*, a um só tempo, cumpria dupla função: legitimava e dava visibilidade a esses atores e, ainda, contribuía com o esforço de catalogar e fornecer representação segura da diversidade cultural brasileira, tarefa capaz de nobilitar o departamento de edição da Pongetti, responsável pela empreitada.

Não por acaso, na apresentação do número inaugural, insistiu-se no avanço intelectual do país, aspecto tido como ainda pouco conhecido, mas que se expressava na aquisição de um “estilo personalíssimo, peculiaríssimo”, atestado pelos “escritos em linguagem brasileira, livros do valor de *A bagaceira*, *O estrangeiro*, *Banguê* e *Cacau*”, tomados como prova do distanciamento em relação à Portugal, aspiração antiga que, finalmente, parecia materializar-se. O ímpeto no setor livreiro era tido, a um só tempo, como causa e consequência desse florescimento e, não por acaso, evocou-se o recente crescimento registrado pela Globo e pela Nacional, bem como o rápido sucesso da José Olympio e da Pongetti, o que atribuía aos editores função estratégica no efervescente panorama cultural. Nessa perspectiva, a existência de um anuário – e não de uma revista e/ou boletim devotados a dar conta das ações de uma única empresa – justificava-se pelo caráter amplo, capaz de informar acerca do conjunto da ação

editorial, esforço que, acreditam os responsáveis, beneficiaria “livreiros, editores, autores, leitores e o próprio Governo, que terá no *ABL* um auxiliar eficiente para sua obra de educação popular” (Neves, 1937, p. 5-6).

Não se tratava de apresentar apenas dados, pois a intenção era distanciar-se das bibliografias correntes e evitar “o aspecto severo de um simples catálogo de livros”, o que pode ser lido como referência crítica às iniciativas de órgãos governamentais, mas também havia o desejo de se afastar da “aparência de uma revista ilustrada”, conforme se declara no editorial de apresentação. Assim, a opção foi acrescer às informações e balanços, que constituem a razão de ser de impressos dessa natureza, produção literária, artigos, “via de regra dentro das finalidades do *Anuário*”, além de “numerosas ilustrações” e reprodução de obras de arte em “primorosas tricromias” (Neves, 1937, p. 7) o que resultou numa mescla diversificada cuja distribuição, ao longo das 316 páginas do primeiro volume, subordinou-se menos à ordenação temática dos conteúdos do que às exigências da diagramação, opção que não se alterou ao longo das edições subsequentes.

A *mise en page* evidencia a preocupação de mobilizar diferentes famílias de tipo, tamanho e espaçamento entre as letras, recursos que distinguiam títulos e textos, mas que era particularmente marcante no caso das poesias, no mais das vezes acompanhadas por ilustrações produzidas por nomes de destaque, a exemplo de Santa Rosa e Paulo Werneck. Distanciar-se das revistas ilustradas não significava, portanto, abster-se da iconografia, mas asseverar que se tratava mais do que curiosidade e distração mundanas, uma vez que fotografias e desenhos informavam, ensinavam e articulavam-se aos objetivos e às temáticas abordadas, contribuindo para esclarecê-las.

Ao lado do amplo universo livreiro (autores, editores, tradutores, ilustradores, impressores, fabricantes de papel e de maquinário gráfico), reservou-se espaço crescente para artes plásticas, música, teatro, rádio e cinema, uma vez que havia programas de rádio destinados a difundir as novidades literárias, enquanto as adaptações de livros para as telas impactavam nas escolhas dos catálogos e na vendagem das obras. O *ABL*, de forma pouco modesta, se apresentava como “órgão de coordenação e de aproximação que faltava para completar este surto admirável da indústria do livro brasileiro” (Neves, 1937, p. 6).

Os editoriais dos anos subsequentes, sempre mais concisos que o primeiro, continuaram a insistir na ambição de propiciar um “sentido panorâmico da nossa inteligência”, tarefa dificultada pelas dimensões do país, o que só avultava a função estratégica do *ABL*, abrigo para nomes consagrados e novos talentos, cuja “certidão de existência” dependia da ação de um editor. A despeito de “omissões e falhas”, acreditava-se que o *Anuário* seria capaz de revelar “realidades e nos leva(r) a um Brasil maior do que aquele que diariamente queremos retratar resumindo-o nas grandes cidades em que vivemos” (Pongetti, 1938, p. 19-20). As imagens cunhadas no editorial de 1938, que remetiam à construção de “um mapa da inteligência brasileira” e à metáfora do espelho, a refletir o país como um todo, ainda persistiam no último exemplar, editado por Valverde, que reafirmou o caráter cultural da publicação, destinada a

“focalizar o panorama cultural brasileiro, não só das grandes capitais, mas de todo o Brasil” (“A nova fase do *Anuário*”, *ABL*, 1943-1944, p. 5).¹² Para tanto, foi preciso ampliar o escopo e ir além do registro da atividade literária, de modo a englobar outros setores da cultura, deslocamento apresentado ao leitor como resultado do contínuo esforço de aperfeiçoamento intelectual e material dos exemplares.

As apresentações invariavelmente insistiam na recepção positiva do *ABL*, no país e no exterior. No terceiro número (1939), o mais alentado em quantidade de páginas, explicitou-se que o periódico surgiu como “mera experiência”, mas acabou por ganhar posição destacada no programa da editora, apesar de não ter “finalidades comerciais”, pois era vendido “por um preço que não cobre seu custo material”, além de ser “distribuído gratuitamente a inúmeras bibliotecas e universidades estrangeiras” (“Os Editores”, *ABL*, 1939, p. 18).¹³ Tal empenho justificava-se pelo intuito de estimular o intercâmbio intelectual dentro e fora do país.

Irmãos Pongetti, Zélio Valverde e o *ABL*

Contrariamente a outras editoras, a Pongetti não foi objeto de pesquisas mais detidas, não obstante ser mencionada como importante empresa na bibliografia especializada. Sabe-se que o casal Ruggero e Maria Pongetti imigrou da Itália para o Brasil, onde nasceram Henrique (1898-1979), escritor versátil e comediógrafo de sucesso, colaborador assíduo da imprensa, sempre mencionado nos dicionários de literatura, Ruggero (1899-1963), muitas vezes abasileirado para Rogério, e Rodolfo (?-1977), que iniciaram suas atividades no ramo gráfico em momento difícil de precisar. Data de fins de 1923 anúncio relativo à Empresa Gráfico Editora Paulo, Pongetti & Cia que, possivelmente, acabara de ser organizada, tendo em vista que ainda se considerou relevante mencionar a antecessora (ver Figura 2). Até 1942, quando da mudança para a Rua Sacadura Cabral, a sede permaneceu na Avenida Mem de Sá.

¹² Cabe assinalar que apenas o lançado em 1942, sexto e último com chancela da Pongetti, não trouxe editorial.

¹³ No que respeita ao preço, o *Almanaque Laemmert* custava 50\$000 em 1937, mas era composto por pouco mais de duas mil páginas. É difícil avaliar quais eram efetivamente os custos do *ABL*, que deveriam incluir, além da matéria prima e serviços gráficos, possível remuneração aos colaboradores convidados e redatores. As despesas devem ter aumentado nos anos seguintes, tanto que no editorial de 1941 os editores declararam ter duas opções: majorar o preço, o que contrariava o “objetivo principal” de oferecer o *ABL* a preço módico, ou diminuir suas páginas, o que “viria prejudicar gravemente a eficiência de seu texto”, daí a decisão de “abandonar qualquer tentativa de conciliar o orçamento gráfico do *Anuário* com a receita de sua publicidade. Ele sai como desejam seus leitores: completo, barato e procurando servir da melhor forma possível os interesses da nossa cultura” (“Os Editores”, *ABL*, 1941, p. 16), afirmação precisa ser relativizada pois a edição saiu com 216 páginas contra as 416 do volume de 1940.

Figura 2 – Anúncio da empresa.

18 A. B. C. 15 — 12 — 1923

Empreza Graphica Editora

E. G. E.

PAULO, PONGETTI & Cia.

(Successores da EMPREZA INDUSTRIAL EDITORA "O NORTE")

AV. MEM DE SÁ, 67 e 78

Typographia	Alto Relevo
Lithographia	Timbragens
Chromographia	Gravuras
Photolithographia	Encadernação
Estereotypia	Pautação

OS MAIS PERFEITOS TRABALHOS DA CIDADE

Machinario Modernissimo

PREÇOS SEM COMPETIDORES

MAXIMA PONTUALIDADE

Trabalhos commerciaes, Livros, Revistas e Jornaes

Escritorio: Av. Mem de Sá, 67 TEL. C. 4417

Fonte: ABC. Política, atualidades, questões sociais, letras e artes. Rio de Janeiro, 15 dez. 1923, p. 18.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/830267/7398>. Acesso em: 17 jun. 2023.

No decorrer dos anos 1920, é possível encontrar anúncios de livros editados por Paulo, Pongetti & Cia, o que, contudo, parece remeter tão somente à realização de serviços de impressão requisitados por autores, como sugere a informação presente no próprio *Anuário* de 1937: "embora a seção de tipografia exista há muitos anos, seu departamento editorial começou a funcionar de 1935 para cá". E, sem demonstrar modéstia, asseverou-se que os proprietários, "grandes conhecedores da arte gráfica, têm eles apresentado trabalhos realmente belos e, sem ofender susceptibilidades, pode-se dizer que foram os renovadores da indústria do livro no Rio de Janeiro" ("Movimento Bibliográfico", *ABL*, 1937, p. 300).¹⁴

¹⁴ A relação dos títulos lançados encontra-se nas p. 300-302. Note-se que a associação com Paulo, personagem não identificado, já não vigorava. Para a integra da seção, ver p. 295-312.

É importante estabelecer o peso do recém fundado departamento de edição da Pongetti, para o que o próprio *Anuário* fornece elementos. A seção “Movimento Bibliográfico de 1936” apresenta os lançamentos, organizados por editoras e antecédidos, na maior parte das vezes, por notas (alongadas ou sucintas) a respeito dos proprietários. A casa Pongetti figurou com 22 títulos: traduções de André Maurois, Stefan Zweig, Dostoevsky e Hermann Wendel, além de obra técnica em francês dedicada ao cimento armado (9 títulos, 41% do total), enquanto os autores brasileiros responderam por dois livros infantis, uma obra didática, estudos de economia e história, volumes de poesia e novela, além de *Gado humano*, de Nestor Duarte, à época recebido na chave da denúncia social (Bueno, 2006, p. 440-447), que inaugurou a coleção Romances Brasileiros. Cabe notar o ecletismo das escolhas e, em termos quantitativos, a distância em relação à José Olympio, desde 1934 instalada no Rio de Janeiro, com 11 reedições e 39 lançamentos, à Livraria do Globo (75 obras) e, ainda, à Civilização Brasileira (42 títulos), subsidiária no Rio de Janeiro da Companhia Editora Nacional, esta última citada na seção como uma das mais importantes do país, mas a respeito da qual não se dispunha de dados, enquanto a Melhoramentos e a Schmidt, por exemplo, sequer foram mencionadas. Também superavam a Pongetti, em termos numéricos, a tradicional Freitas Bastos (antes Leite Ribeiro, 30 títulos), com forte presença na área de Direito e Medicina, a recém fundada Athena Editora (RJ, 1935, 23 títulos), que se consagrava à tradução de clássicos, a J. Fagundes (SP, 37 títulos) e a Guanabara (24 títulos). O quadro era completado por um rosário de casas de menor porte e publicações sob os auspícios dos próprios autores.

Os dados corroboram a ebulição do mercado livreiro, cabendo destacar que várias das empresas de maior destaque haviam sido fundadas – ou iniciaram atividades editoriais – nos anos 1930. As ausências registradas no número inaugural sugerem que o projeto pode ter sido concebido e executado de forma açodada, ou que não sensibilizou, de imediato, diversos editores, circunstâncias que, obviamente, não são excludentes, mas reforçam a hipótese segundo a qual o *Anuário* foi concebido pelos Irmãos Pongetti enquanto instrumento capaz de evidenciar a força crescente do setor livreiro, inclusive da sua própria editora, e da produção cultural do país, objeto de particular atenção do governo e que ganhou ainda maior relevo após novembro de 1937.

A análise dos elementos presentes no expediente contribui para evidenciar que o trabalho de organização foi se tornando cada vez mais complexo, como indicam os exemplares de 1938 e 1939, que registraram aumento significativo de páginas (ver Tabela 1). Em 1937, constaram como responsável e gerente, respectivamente, Rogério e Rodolfo Pongetti, cargos que seguiram ocupando enquanto a publicação lhes pertenceu, cabendo a J. L. Costa Neves, que assinou a apresentação, a direção intelectual. No número subsequente, a confecção do impresso foi atribuída a um grupo de indivíduos, vários deles editados pela Pongetti, sob a liderança do irmão dos proprietários, Henrique Pongetti,¹⁵ ladeado por Costa Neves, D’Almeida Vitor, Lobivar Matos,

¹⁵ Liderança explicitada graficamente, pois seu nome é o primeiro na lista dos redatores principais e o único impresso em letra maiúscula.

Luís Heitor, L. Nogueira de Paulo, Silvio Júlio, Mário Linhares, Neves Manta, cabendo os desenhos a Santa Rosa, Yolanda, Paulo Werneck, Otavio Sgarbi, Jair e Jarbas Andréa e as fotografias a Nicolas e Paul. A equipe não se manteve, a começar por Henrique, que figurou com tal responsabilidade somente na segunda edição.

É provável que, em função do seu afastamento do ABL, Rogério e Rodolfo tenham decidido criar cargos para centralizar e coordenar os trabalhos de organização. Assim, nos exemplares lançados em 1939, 1940 e 1941, Newton Beleza figurou como Chefe da Redação, enquanto a Secretaria foi ocupada por Lobivar Matos (1939 e 1940) e Carlos Domingues (1941). Ao lado deles figuravam outros colaboradores que, aliás, tenderam a formar um núcleo reduzido se confrontado com o relativo aos anos de 1938 e 1939.¹⁶ A aspiração de incorporar dados e contribuições de todo o país fica evidente no expediente de 1939, o único a indicar redatores correspondentes nos estados,¹⁷ prática que, possivelmente, não foi adiante em função das dificuldades que rondaram a publicação nos anos subsequentes, conforme se destacou. Já os agentes encarregados de representar a *Anuário* em outras cidades figuraram, de maneira idêntica, entre 1939 e 1942,¹⁸ o que aponta para a preocupação de assegurar sua distribuição em diferentes estados da federação.

Cabe notar que o exemplar de 1942, último sob a chancela Pongetti, atribuiu a organização apenas aos proprietários e aos ilustradores, Paulo Werneck, Pacheco e Percy Deane, o que pode ser interpretado como sinal de perda de vitalidade do projeto. No derradeiro número, sob a chancela da Zélio Valverde, os créditos foram atribuídos a Bandeira Duarte, Claudio Ganns, Francisco de Assis Barbosa, Galeão Coutinho, J. Gomes da Rocha, Jacy Rego Barros, Pedro Pinto Souza, Rubens Borba de Moraes e Zélio Valverde.

Esses elementos convidam a refletir acerca da saúde financeira das empresas responsáveis pela publicação, fator que poderia explicar o fim do projeto. Hallewell (2005, p. 447) informa que a Pongetti enfrentava dificuldades em 1940, sanadas graças ao enorme sucesso (e aos lucros) de *...E o vento levou*, de Margaret Mitchell (1940), obra recusada pela José Olympio e que, segundo o historiador inglês, transformou a empresa numa das maiores do país, cujas atividades editoriais encerraram-se em 1975. Tal como indica a Tabela 1, a última edição do *Anuário*, de fato um número duplo, saiu sob a chancela de Zélio Valverde. Não foi ainda possível estabelecer as razões que levaram os Pongetti a desfazerem-se do título. É certo que os atrasos apontam para dificuldades e é interessante assinalar que o mensário *Leitura*.

¹⁶ Os organizadores foram os seguintes: 1939, D'Almeida Vitor, Joel Silveira, Aníbal de Andrade, Mário Linhares, Santa Rosa, Paulo Werneck; 1940, Joel Silveira, Mario Linhares, Santa Rosa e Paulo Werneck; 1941, d'Almeida Victor, Oswaldo de Souza e Silva, Mário Linhares, Santa Rosa e Paulo Werneck.

¹⁷ Em 1939, os correspondentes nos estados eram os seguintes: Ramaiana Chevalier (AM); Dulcídio Jurandir (PA), Fran Martins e Antônio Sales (CE), Paulo Pedrosa de Vasconcelos (PB), Jarbas Cabral e Ulisses Braga Júnior (AL), Paulo Cavalcanti (PE), Lindolfo Campos (SE), Arruda Câmara (BA), José de Mesquita e Cecílio Rocha (MT), Otávio Dias Leite (MG), Almeida Cousin e Carlos Madeira (ES), Alvarus de Oliveira (RJ), Aníbal de Andrade (SP), Moacir Arcoverde (PR), Ari Martins e Olinto Sanmartin (RS).

¹⁸ Na contracapa dos citados anos, listavam-se os endereços dos agentes em: Fortaleza, Recife, Bahia (sic), Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Crítica e informação literária (RJ, 1942-1949, 1ª fase), lançado em dezembro de 1942, anunciou, em outubro do ano seguinte, a compra do *ABL*, isso num momento em que os leitores ainda esperavam o exemplar com dados relativos a 1942. Os novos proprietários prometiam apresentar “completa resenha da vida cultural do Brasil” e da literatura brasileira, “em todos os seus gêneros, nos mínimos aspectos e [...] de modo objetivo em artigos e ensaios de autoria dos maiores escritores nacionais”, precisando, inclusive, que a secretaria fora entregue a Valdemar Cavalcante (“A próxima edição do *ABL*”, *Leitura*, 1943, p. 18), nome que nunca figurou entre os responsáveis pela publicação. É provável que, apesar de anunciado, o negócio não tenha chegado a se concretizar e caso tenha sido efetivado não deu origem a exemplar editado por *Leitura*.

De fato, o número duplo (7 e 8) de 1945 veio a público sob a chancela da Zélio Valverde, que talvez tenha adquirido o título de *Leitura* e não da Pongetti. A empresa de Valverde (1921-1985) foi fundada como livraria em 1937 e encetou, no ano seguinte, atividades editoriais, com particular destaque para a história e literatura brasileiras. Em 1939, ocorreu a fusão com a Livraria Schmidt Editora, fundada em 1930 pelo poeta Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), o que colaborou para o relevo adquirido pela casa ao longo dos anos 1940. Além da livraria e da editora, o proprietário fechou acordos para representar, no Distrito Federal, um conjunto diversificado de editoras, o que talvez explique seu interesse pelo *Anuário*. Na entrevista que concedeu a Gastão Pereira da Silva, autor editado por Zélio, o empresário, descrito como “o mais jovem editor brasileiro”, contou detalhes das suas atividades no âmbito da distribuição (Silva, 1940, p. 157).¹⁹ A livraria fechou as portas em 1949, enquanto a editora faliu em fins da década seguinte.²⁰ Desta forma, tanto a transferência de mãos como a posterior suspensão do *ABL* não parecem subordinarem-se a eventuais dificuldades econômicas enfrentadas pelos responsáveis por sua produção.

Há que se considerar que, justamente quando a periodicidade do *ABL* se tornou incerta, surgiu *Leitura*, cujo projeto guardava significativa semelhança com o *Anuário*, aspecto que merece ser averiguado com maior profundidade, cabendo assinalar o fato de a publicação trazer, a cada número, a bibliografia relativa ao mês anterior. Igualmente importante é a contraposição com *Dom Casmurro* (RJ, 1937-1946), publicação literária que se particularizava por assumir o formato jornal e na qual questões culturais também predominavam, diferentemente do que se observa em relação a *Vamos Ler* (RJ, 1936-1947), da empresa A Noite, cujo escopo informativo, de caráter amplo e que incluía a situação política nacional e internacional, novidades no campo científico, atualidades e curiosidades, distância o semanário das publicações propriamente literárias e culturais, a despeito do que sugere o seu título.

¹⁹ Na entrevista, Zélio discorreu sobre o perfil da editora e enfatizou sua atividade de distribuidor de livros de diferentes gêneros.

²⁰ Sobre a Schmidt e a Zélio Valverde, ver: Hallewell (2005, p. 423-429) e Machado (2012, p. 211-212; 236-237).

Para os que se debruçam sobre o mercado editorial dos anos 1930 e 1940, a consulta aos volumes do *ABL* é muito proveitosa. Hallelwell recorreu muitas vezes ao periódico, do qual retirou informações e reproduziu largos trechos ao longo de sua obra, que remonta aos anos 1980. Sérgio Miceli (1979), por seu turno, levou a cabo análise exemplar a partir da seção que compulsou informações relativas aos livros publicados entre 1938 e 1943 (*ABL*, números 3 a 7-8), o que lhe permitiu reconstituir o complexo panorama do mercado editorial e o processo então em curso de profissionalização dos escritores, com particular destaque para os romancistas. Em descrição concisa e elegante, sintetizou as características do *ABL*, cabendo ressaltar, contudo, que seus objetivos não incluíam o estudo sistemático da integralidade do periódico. Nas suas palavras, o *Anuário*:

Além do “Movimento Bibliográfico”, continha balanços críticos a respeito dos lançamentos anuais nos diversos gêneros, uma resenha da vida literária internacional, um panorama da vida intelectual nos estados, matérias e entrevistas com editores, uma lista de endereços de intelectuais e escritores do Rio de Janeiro e dos estados, pequenos contos e novelas, poemas, anúncios de lançamentos, reedições, novas coleções, artigos sobre a vida literária, resenhas etc (Miceli, 1979, p. 83).

Pesquisadores que se consagraram à investigação do percurso de editoras também encontraram importantes elementos no *ABL*, caso de Franzini (2010), que examinou a coleção Documentos Brasileiros, da José Olympio, e Gustavo Sorá, (2010, p. 342-357) autor de exaustiva pesquisa acerca do mesmo editor e, ainda, das condições vigentes na cadeia produtiva do livro ao longo da existência da empresa. O autor dedica um subitem ao *ABL*, no qual explicita a estruturação geral da publicação, as principais temáticas e a importância da seção “Movimento Bibliográfico”, que evidenciava a quantidade e qualidade da produção editorial brasileira, além de levar adiante instigante analogia entre o *ABL* e as feiras internacionais do livro, sob o argumento de que o periódico cumpria funções semelhantes. O pesquisador sugeriu, ainda, a possibilidade de recortes específicos no âmbito do vasto material presente nas páginas do periódico, a exemplo dos textos dedicados à questão educacional, perspectiva que foi explorada por Faria Filho (2017, p. 51-66). Ainda uma vez, trata-se de abordagem de caráter amplo, sem maior detalhamento em relação às modificações conhecidas pela publicação ao longo de sua existência, o que demanda análise sistemática dos volumes.

Conclusão

A despeito da relevância dos estudos citados, permanece o desafio de tomar o *ABL* em sua integralidade e ir além da análise de seções e/ou seleção de temáticas abordadas. Para tanto, é necessário, tal como indicado, inserir a publicação no complexo contexto em que foi idealizada e no qual circulou. A nova postura governamental, que escrutinava a realidade nacional e nela intervinha em diferentes direções e sentidos, coincidiu com a forte expansão da produção livreira que, por sua vez, guardava relação estreita com a vaga romanesca dos anos

1930 e 1940. É provável que o significado da publicação, iniciativa isolada de um editor, tenha assumido novos matizes a partir da forte presença do estado no mercado livreiro, particularmente marcante após a implantação do Estado Novo.

O *Anuário*, diferentemente de outros impressos contemporâneos, não era uma publicação oficial, a despeito de se auto atribuir missão que o aproximava do ideal, então em voga, de repertoriar os avanços do país. O fato de não ter sobrevivido ao primeiro governo Vargas indica que não deve ser tomado como porta voz dos que atuavam no mercado livreiro, ainda que possa ter expressado/representado os interesses do setor. Tampouco se pode desprezar o fato de o regime, ao mesmo tempo que intervinha e regulava a atividade editorial, também se constituía num comprador voraz, o que ajuda a desvendar as estratégias que guiaram as escolhas de pelo menos parte dos catálogos, que deveriam estar em sintonia com os valores e interesses que norteavam a política cultural estatal.

Além da análise sistemática do *Anuário*, resta também o desafio de precisar sua especificidade em face a outras publicações, fossem provenientes de projetos estatais, a exemplo do INL, ou privados, como *Leitura* e *Dom Casmurro*, que tinham objetivos, se não idênticos, ao menos bastante próximos, o que implica em estender o olhar para além do *ABL*, que precisa ser colocado em diálogo com impressos periódicos contemporâneos e de natureza semelhante.

Referências

Fontes

A nova fase do Anuário. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, n. 7-8, p. 5, 1943-1944.

A próxima edição do Anuário Brasileiro de Literatura. *Leitura. Crítica e informação literária*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 18, out. 1943.

Anuario Brasileiro de Literatura. Rio de Janeiro: Globo, 1937-1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/158550/2309>. Acesso em: 2 jun. 2023.

Catálogo de publicações do INL. *Revista do Livro*, ano 1, n. 1-2, p. 276-302, jun. 1956.

Livros novos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 out. 1941, p. 9.

Movimento bibliográfico de 1936. *Anuário Brasileiro de Literatura*, n. 1, p. 295-312, 1937.

NEVES, J. L. Costa. Leitor amigo! *Anuário Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-7, 1937.

O Instituto Nacional do Livro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1937, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/81423. Acesso em 17 jun. 2023.

Os Editores. *Anuário Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 18, 1939.

Os Editores. *Anuário Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 16, 1941.

PONGETTI, Henrique. Um mapa da inteligência brasileira. *Anuário Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 19-20, 1938.

RIBEIRO, Adalberto Mário. O Instituto Nacional do Livro. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 6, v. 3, n. 1, p. 46-61, jul. 1943.

SILVA, Gastão Pereira da. No mundo dos livros. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1949, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/dom-casmurro/095605>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Legislação

BRASIL. Poder Executivo. Presidência da República. Decreto-Lei 1006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro, 30 dez. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Bibliografia

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro desde 1920*. 2ª ed. (rev. atual. aum.). Rio de Janeiro; Brasília: Cátedra; INL, 1978.

BOMENY, Helena Maria B. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2001.

BOMENY, Helena Maria B. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo; Campinas, SP: EdUSP; Unicamp, 2006.

CARVALHO, Marcus Vinicius C. O Instituto Nacional do Livro e os modernistas: questões para a história da educação brasileira. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia (MG), v. 11, n. 2, p. 543-557, jul.-dez. 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Sociabilidades, edição, educação: o Anuário Brasileiro de Literatura como projeto educativo (1937-1944). *Educar em revista*, Curitiba, n. 65, p. 51-66, jul.-set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53220>.

FERREIRA, Rita de Cássia C. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2008.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e o ministério*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2000.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. (rev. e ampl.). São Paulo: EdUSP, 2005.

LANARI, Raul A. de Oliveira. *O patrimônio por escrito*. A política editorial do SPHAN durante o Estado Novo (1937-1945). Belo Horizonte: Letramento, 2018.

LUCA, Tania Regina de. Periódicos lançados por editoras: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939). *História*, São Paulo, v. 36, n. 32, p. 1-18, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369201700000000032>

MACHADO, Ubiratan. *História das livrarias cariocas*. São Paulo: EdUSP, 2012.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um autorretrato*. Brasília: UnB, 1983.

SILVA, Suely Braga da. *O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais e realizações*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

VIEIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.